

-
- **No Brasil, monges de Mianmar pedem sanções contra a ditadura em seu país**
 - **Líder opositora birmanesa não quis se reunir com enviado da ONU**
-

No Brasil, monges de Mianmar pedem sanções contra a ditadura em seu país

G1_24 agosto 2008

O monge budista Ashin Nayaka não vê seus familiares desde 1988, quando uma Junta Militar assumiu o comando do seu país, Mianmar (ex-Birmânia) e ele refugiou-se na Índia. Não pode encontrá-los nem telefonar diretamente para eles. Muito menos voltar para sua terra natal. Nayaka se dedica, desde então, a viajar o mundo e a levantar consciência sobre a situação dos birmaneses, que vivem sob uma das mais rígidas ditaduras do mundo.

Com outros dois monges budistas, Nayaka está no Brasil desde 17 de agosto, para pedir apoio do governo brasileiro no embargo à venda de armas a Mianmar e no pedido de libertação dos 2 mil prisioneiros políticos birmaneses – entre eles, a líder opositora Aung San Suu Kyi, Prêmio Nobel da Paz em 1991, cuja prisão domiciliar foi recentemente estendida por mais um ano.

Sem isso, dizem os monges, as próximas eleições legislativas do país, agendadas para 2010, não representarão a vontade popular. “A votação não será justa ou livre e só servirá para legitimar as atrocidades do governo”, disse Ashin Nayaka ao G1. “Queremos que o Brasil se oponha a isso e defenda o Tratado de Vendas de Armas, que proibirá a venda de armamento para o governo militar”. Atualmente, os maiores fornecedores de armas para Mianmar são Rússia, China e Índia.

Com a ONG Conectas, os três – que pertencem à Organização Internacional de Monges Birmaneses (IBMO, em inglês) – foram a Brasília, reunir-se com o Ministério de Relações Exteriores, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Câmara de Deputados. Conseguiram, de mais concreto, que a Câmara envie uma nota pública repudiando o desrespeito aos direitos humanos no país asiático.

A intervenção da ONU, no entanto, não desperta muito entusiasmo nos líderes religiosos. Um enviado da organização, Ibrahim Gambari, esteve na última semana em Mianmar, mas as resoluções das Nações Unidas seguem sem ser aplicadas no país. “Não vemos avanço na conciliação política”, disse Nayaka.

Ciclone e protestos

A visita dos birmaneses acontece em meio à tentativa de reconstrução de Mianmar, que, em maio deste ano, foi devastado com a chegada do ciclone Nargis, responsável por 138 mil mortes no país, segundo a ONU. Outras 2,4 milhões de pessoas foram afetadas pela tragédia. A Junta proibiu inicialmente as missões humanitárias de entrar no país, o que dificultou ainda mais o socorro às vítimas.

E, no próximo mês, se comemorará um ano desde o levante de milhares de monges, em setembro de 2007. Com suas túnicas vermelhas, eles protestaram pacificamente em diversas cidades do país e foram duramente reprimidos pelo governo militar. Pelo menos três foram mortos, e mais de cem foram presos.

Os monges em visita ao Brasil não participaram do levante, já que não estavam em seu país natal. Dois deles moram nos EUA, e um no Canadá. Mas Ashin Agga Dhamma chegou a ser preso e torturado entre 1990 e 1995, quando ainda vivia em Mianmar. Hoje, sua residência é no Texas. “Pelo menos lá eu tenho liberdade de expressão”, comentou.

“Os monges são extremamente respeitados pela população birmanesa. O que a Junta Militar fez contra nós foi impensável. Conhecemos muitos monges que foram presos ou que estão fugindo”, declarou Nayaka. De fato, a Birmânia tem 400 mil monges, um para cada 120 habitantes.

Líder opositora birmanesa não quis se reunir com enviado da ONU

AFP_25 agosto 2008

A líder opositora birmanesa, Aung San Suu Kyi, sob prisão domiciliar, não quis se reunir com o enviado da ONU Ibrahim Gambari durante a visita deste a Mianmar, informou neste sábado a televisão estatal.

"Apesar dos planos feitos por Gambari durante sua visita de se reunir com Aung San Suu Kyi em 20 de agosto, ela se negou a encontrá-lo", afirmou a fonte.

O canal mostrou dois colaboradores de Gambari esperando em vão diante da entrada da casa da Prêmio Nobel da Paz, onde foi confinada durante a maior parte dos últimos 19 anos.

Também foram divulgadas imagens de oficiais birmaneses interpellando por megafone a opositora e informando-a de que Gambari queria se reunir com ela. No entanto, segundo a TV, a líder opositora ignorou as tentativas de comunicação com ela.

-
- **Gambari não consegue se reunir com líder birmanesa Aung San Suu Kyi**
 - **Monges birmaneses pedem apoio do Brasil a embargo de armas**
-

Gambari não consegue se reunir com líder birmanesa Aung San Suu Kyi

EFE_21 agosto 2008

Após o cancelamento da reunião da última quarta-feira, o enviado especial da ONU para Mianmar (antiga Birmânia), Ibrahim Gambari, também não conseguiu se reunir hoje com a líder do movimento democrático birmanês, Aung San Suu Kyi, a quem a Junta Militar mantém sob prisão domiciliar desde 2003.

Suu Kyi, Nobel da Paz em 1991, cancelou nesta quarta a reunião que tinha com Gambari, pois, segundo a revista "The Irrawaddy", não acreditava que esta pudesse proporcionar algum resultado.

Gambari se reuniu com membros da Liga Nacional pela Democracia (LND), o partido de Suu Kyi, mas só durante 20 minutos, disse à rádio "Mizzima" o porta-voz da formação, Nyan Win.

"É decepcionante. Queremos que se apliquem as resoluções da ONU.

Queremos que arranque a reconciliação nacional", manifestou Nyan Win à rádio.

"Estamos decepcionados por ver que (Gambari) se desvia de sua missão principal, que é conseguir a reconciliação nacional", acrescentou o político opositor. O enviado especial das Nações Unidas voltou a se reunir hoje com o general Aung Kyi, ministro do Trabalho, mas as autoridades birmanesas não informaram o conteúdo das conversas.

A visita de Gambari, que em sua viagem anterior, em março, não alcançou nenhum de seus objetivos declarados, será concluída amanhã. O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, que visitou Mianmar em maio, deve voltar ao país asiático em dezembro, anunciou nesta quarta Gambari a seus interlocutores da LND.

Durante a estadia em Mianmar, o sul-coreano Ban eliminou de suas conversas com os generais as questões políticas e os direitos humanos e se centrou na ajuda humanitária de que necessitam 2,4 milhões de pessoas prejudicadas pelo ciclone "Nargis", que cruzou o país entre 2 e 3 de maio.

Monges birmaneses pedem apoio do Brasil a embargo de armas

BBC_ 19 agosto 2008

Um grupo de monges birmaneses chegou ao Brasil nesta semana para pedir que o governo brasileiro use suas "boas relações" com países como a China e a Índia e pressione pela adoção de um embargo internacional à venda de armas a Mianmar (a antiga Birmânia). "O Brasil, como o maior país da América do Sul, pode ter um papel importante.

Pode usar sua influência em fóruns internacionais e nas Nações Unidas para pressionar por uma resolução que imponha um embargo total à venda de armas ao governo birmanês", disse à BBC Brasil o monge Ashin Nayaka. Nayaka está em São Paulo ao lado dos monges Ashin Agga Dhamma e Ashin Kawwida, integrantes da Organização Internacional de Monges Birmaneses (IBMO, na sigla em inglês). Os três falaram à BBC Brasil na sede da ONG Conectas Direitos Humanos.

"A junta militar (que governa Mianmar) está tentando criar um dos maiores exércitos do mundo, em um país que não tem inimigos externos. Eles usam as armas contra seu próprio povo", disse Nayaka, que vive exilado nos Estados Unidos, onde é professor do Departamento de História da Universidade de Columbia, em Nova York.

Presos políticos

Em sua primeira visita ao Brasil, os monges esperam aumentar o conhecimento dos brasileiros sobre Mianmar. Segundo eles, o objetivo desta visita é mobilizar a sociedade civil, ONGs e o governo brasileiro para que possam influenciar e pressionar a junta militar que governa seu país desde 1962 a respeitar os direitos humanos e promover uma mudança democrática.

Os monges também querem o apoio do Brasil em uma ação global para investigar os crimes cometidos pelo governo de Mianmar e para convencer os militares a aceitar ajuda humanitária externa e libertar os presos políticos.

Entre esses presos políticos está líder da oposição Aung San Suu Kyi, vencedora do Prêmio Nobel da Paz em 1991, que passou a maior parte dos últimos 18 anos em prisão domiciliar.

Na semana passada, a junta militar anunciou a extensão de sua prisão domiciliar por mais um ano.

Protestos

A visita dos três monges ao Brasil ocorre a um mês do primeiro aniversário dos protestos realizados e setembro do ano passado.

Na época, manifestações pacíficas pelo fim da repressão militar lideradas por monges budistas foram reprimidas com violência pelo governo. Mosteiros foram invadidos e monges foram mortos ou presos.

A junta militar disse que 15 pessoas morream nos incidentes. No entanto, segundo o relator especial da ONU para o país na época, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, o número de mortes foi pelo menos o dobro. "Não há como saber quantos realmente foram mortos nem quantos estão presos", disse o monge Nayaka. "A situação está cada vez pior."

Os episódios de violência de setembro de 2007 foram considerados os mais graves ocorridos no país desde 1988, quando manifestações pró-democracia foram reprimidas violentamente pela junta militar, em confrontos que deixaram cerca de 3 mil mortos.

Ciclone

Pouco meses depois, em maio deste ano, a população do país sofreu um novo golpe, com a passagem do ciclone Nargis, que deixou cerca de 2,5 milhões de desabrigados.

Na época, o governo se recusou a aceitar ajuda externa. Poucos dias após a passagem do ciclone, apesar da pressão internacional contrária, a junta militar levou adiante a realização de um referendo sobre a nova Constituição do país. A viagem dos monges ao Brasil é parte de um roteiro por diversos países. Em São Paulo, sua programação inclui uma exposição de fotos dos protestos de setembro, que está em cartaz no Espaço Cultural do Conjunto Nacional até sexta-feira.

Em Brasília, os monges terão encontros com representantes do Ministério de Relações Exteriores, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e de ONGs.

- Enviado especial da ONU chega a Mianmar para pressionar Junta Militar

Enviado especial da ONU chega a Mianmar para pressionar Junta Militar

Da EFE _ 18 agosto 2008

O enviado especial das Nações Unidas, Ibrahim Gambari, chegou hoje a Mianmar (antiga Birmânia) em uma nova tentativa por convencer à Junta Militar que deve realizar reformas democráticas e incluir o líder opositora Aung San Suu Kyi nesse processo político.

Esta é a quarta visita de Gambari ao país asiático desde que há um ano aconteceu o primeiro protesto de rua que desencadeou as grandes manifestações pacíficas de setembro de 2007. Em 18 de agosto de 2007, um reduzido grupo de estudantes saiu às ruas de Yangon para denunciar, em princípio, a carestia dos produtos básicos por causa da alta do preço dos combustíveis.

Pelo menos 31 pessoas morreram na violenta repressão das forças de segurança, tendo a revolta se estendendo por outras regiões do país a que foi chamada "revolução açafrão", por causa da cor dos hábitos dos monges budistas que lideraram as manifestações. Em comunicado emitido poucas horas antes de sua chegada a Yangon, a antiga capital, Gambari disse que retorna a Mianmar para continuar com as "consultas com o Governo e outras partes relevantes".

Por sua parte, a Liga Nacional pela Democracia (LND), de Suu Kyi, considerada o símbolo da democracia e cativa do regime militar desde 2003, expressou sua confiança em que a visita de Gambari produza resultados positivos. Gambari retomou a missão de cinco dias depois que a semana passada cinco membros da LND fossem condenados a penas de dois anos e meio de prisão por organizar uma marcha pacífica para comemorar o vigésimo aniversário de revolta popular do dia 18 de agosto de 1988, no qual morreram cerca de 3.000 pessoas pelas mãos dos soldados.

No começo de outubro do ano passado e quando as forças de segurança continuavam perseguindo seguidores da oposição, a Junta Militar nomeou o general Aung Kyi seu elo oficial com oposição e Nações Unidas. Desde então, Kyi se encontrou cinco vezes com Suu Kyi, embora nenhuma dessas reuniões tenham dado sinais positivos para a oposição.

Durante um ano, Gambari tenta, sem sucesso, convencer o regime para que inicie um diálogo político com Suu Kyi e a LND, com o objetivo de canalizar um processo de reformas políticas que seja aceitável para a comunidade internacional. Em princípio, a visita de Gambari estava planejada para maio passado, mas foi cancelada por causa do ciclone que no começo desse mesmo mês arrasou o delta do rio Irrawaddy, no sul de Mianmar.

-
- **Grupo de opositores birmaneses é condenado após participação em protesto**
 - **ONG elogia EUA por proibirem importação de rubi e jade de Mianmar**
-

Grupo de opositores birmaneses é condenado após participação em protesto

Da EFE_16 agosto 2008

Cinco membros da oposição birmanesa pró-democracia foram condenados a dois anos e seis meses de prisão cada um por terem organizado este mês uma manifestação contra a Junta Militar de Mianmar (antiga Birmânia).

No último dia 8, agentes das forças de segurança detiveram cinco membros da Liga Nacional pela Democracia que participavam de uma passeata com outros 48 jovens na cidade de Taungup, no oeste do país. As penas foram anunciadas ontem, a três dias da chegada do enviado especial da ONU para Mianmar, Ibrahim Gambari, que tenta promover uma reforma democrática e libertar os presos políticos no país.

Segundo Thein Naing, porta-voz da Liga Nacional pela Democracia, partido liderado pelo prêmio Nobel da Paz de 1991, Aung San Suu Kyi, outros 15 manifestantes foram detidos junto com os cinco condenados, mas foram liberados dias depois.

ONG elogia EUA por proibirem importação de rubi e jade de Mianmar

EFE_29 julho 2008

A ONG Human Rights Watch (HRW) felicitou hoje os Estados Unidos por proibirem a importação de rubi e jade de Mianmar (antiga Birmânia) e por pressionar a Junta Militar que governa esse país desde 1962 através de suas fontes de renda.

"O comércio internacional de gemas birmanesas contribui para financiar a repressão e ingressa milhões (de dólares) nos bolsos dos governantes birmaneses", manifestou em comunicado Arvind Ganesan, diretor do Programa Direitos Humanos e Negócios da HRW.

O presidente dos EUA, George W. Bush, deve assinar hoje a regulação, que já teve similares aprovadas por União Européia (UE) e Canadá.

A venda de pedras preciosas birmanesas no mercado internacional rendeu US\$ 647 milhões no ano fiscal 2007-2008, segundo os dados oferecidos pela HRW.

"As gemas birmanesas estão manchadas com violações em massa dos direitos humanos. A indústria das pedras preciosas deveria tomar uma ação firme para garantir que seus clientes, assim como funcionários que fiscalizam o cumprimento da lei, façam o possível para não comprar de Mianmar", acrescentou Ganesan.

A HRW e outras ONGs acusam a Junta Militar birmanesa de violar sistematicamente os direitos humanos através do trabalho forçado de menores e do encarceramento de cerca de 2.000 presos políticos, entre outras coisas.

-
- **Birmânia tem dois mil presos políticos**
 - **Autoridades detêm 20 manifestantes em Mianmar**
 - **Oposicionista recebe advogada**
-

Birmânia tem dois mil presos políticos

Correo de Manha_5 augsut 2008

A Amnistia Internacional (AI) divulgou esta terça-feira que em Myanmar, antiga Birmânia, existem 2.050 presos políticos, 20 anos após as manifestações pró-democracia de 1988, que fizeram três mil mortos. A organização não governamental de defesa dos direitos humanos apelou à não-aceitação das Nações Unidas (ONU) de "promessas enganadoras do governo" birmanês.

A AI, com sede em Londres, defende que a ONU dever tomar medidas mais significativas de forma a libertar os 2.050 prisioneiros políticos existentes no país, dos quais 900 foram detidos nos últimos dez meses. Entre os detidos políticos estão Win Tin, 78 anos, jornalista, detido em 1989 e Aung San Suu Kyi, líder da Liga Nacional para a Democracia e Prémio Nobel da Paz, em prisão domiciliária desde 2003.

As declarações da Amnistia surgem no âmbito do vigésimo aniversário das manifestações estudantis de 1988, em Rangum. Segundo fontes diplomáticas, o relator da ONU para os direitos humanos na Birmânia, Tomas Ojea Quintana, foi convidado a deslocar-se a Rangum pela Junta Militar, permanecendo no país até à próxima quinta-feira. Durante a sua visita, Ojea Quintana deverá reunir-se com diversos organismos estatais e com líderes de grupos étnicos, para avaliar a situação dos direitos humanos no país, governado por uma Junta Militar que ignora os apelos da comunidade internacional para que proceda a uma reforma democrática e liberte os presos políticos.

Autoridades detêm 20 manifestantes em Mianmar

EFE_8 agosto 2008

Uma manifestação contra a Junta Militar iniciada nesta sexta-feira, no oeste de Mianmar (antiga Birmânia), em virtude do 20º aniversário da revolta popular, resultou em pelo menos 20 detenções, informou a rádio "Mizzina". As forças de segurança birmanesas, em estado de alerta máximo para prevenir protestos durante o aniversário da revolta de agosto de 1988, levaram os manifestantes em caminhões, entre eles vários monges budistas. Em Yangun, a antiga capital, e em outras grandes cidades do país, as forças de segurança controlam as ruas e espalharam agentes armados, segundo versões de diferentes testemunhas.

Em oito de setembro de 1988, os birmaneses protestaram em massa em várias cidades, apesar da forte repressão dos militares, que acabaram instaurando a ordem após matar a tiros cerca de três mil pessoas, a maioria jovens universitários. Por este motivo, o aniversário da revolta foi aproveitado pela

oposição e por organizações como a Anistia Internacional (AI) para lembrar a precária situação dos direitos humanos no país e pedir a libertação de dois mil presos políticos, incluindo a Nobel da Paz Aung San Suu Kyi. Suu Kyi, chefe da Liga Nacional pela Democracia (LND), permanece em prisão domiciliar desde meados de 2003.

Oposicinista recebe advogada

Jornal da Madeira_11 agosto 2008

A dirigente da oposição birmanesa, Aung San Suu Kyi, conseguiu ter uma conversa excepcional com o seu advogado com vista a analisar a medida de obrigação de permanência na sua residência, afirmou um porta-voz do partido. "Sexta-feira, conseguiu reencontrar o seu advogado U Kyi Win para avaliar a sua detenção", disse Nyan Win, porta-voz da Liga Nacional da Democracia (LND).

Trata-se da primeira conversa deste género desde 2004. Não foi adiantada qualquer informação sobre o teor das conversas. Suu Kyi, 62 ans, está sob regime de detenção domiciliária desde 2003. A laureada com o Prémio Nobel da Paz já foi privada da sua liberdade 12 dos últimos 18 anos.

A Junta Militar que tem o poder na Birmânia prorrogou, em Maio, por mais um ano, a ordem de prisão domiciliária de Aung San Suu Kyi, que vive em reclusão desde 2003. A decisão tomada em Maio de prolongar a prisão domiciliária de Suu Kyi foi a sexta consecutiva em seis anos.

-
- **Denúncia da Amnistia Internacional: Birmânia tem dois mil presos políticos**
 - **Bush condena "tirania" do regime birmanês e pede liberdade na China**
-

Denúncia da Amnistia Internacional: Birmânia tem dois mil presos políticos

Correo de Manha_5 agosto 2008

A Amnistia Internacional (AI) divulgou esta terça-feira que em Myanmar, antiga Birmânia, existem 2.050 presos políticos, 20 anos após as manifestações pró-democracia de 1988, que fizeram três mil mortos. A organização não governamental de defesa dos direitos humanos apelou à não-aceitação das Nações Unidas (ONU) de "promessas enganadoras do governo" birmanês.

A AI, com sede em Londres, defende que a ONU dever tomar medidas mais significativas de forma a libertar os 2.050 prisioneiros políticos existentes no país, dos quais 900 foram detidos nos últimos dez meses. Entre os detidos políticos estão Win Tin, 78 anos, jornalista, detido em 1989 e Aung San Suu Kyi, líder da Liga Nacional para a Democracia e Prémio Nobel da Paz, em prisão domiciliária desde 2003.

As declarações da Amnistia surgem no âmbito do vigésimo aniversário das manifestações estudantis de 1988, em Rangum. Segundo fontes diplomáticas, o relator da ONU para os direitos humanos na Birmânia, Tomas Ojea Quintana, foi convidado a deslocar-se a Rangum pela Junta Militar, permanecendo no país até à próxima quinta-feira.

Durante a sua visita, Ojea Quintana deverá reunir-se com diversos organismos estatais e com líderes de grupos étnicos, para avaliar a situação dos direitos humanos no país, governado por uma Junta Militar que ignora os apelos da comunidade internacional para que proceda a uma reforma democrática e liberte os presos políticos.

Bush condena "tirania" do regime birmanês e pede liberdade na China

EFE_7 agosto 2008

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, condenou hoje a "tirania" da Junta Militar birmanesa, e pediu à China, mentora da ditadura em Mianmar, que dê liberdades básicas a seus cidadãos. Bush, que permanecerá menos de 24 horas em Bangcoc, a partir de onde viajará na sexta-feira rumo a Pequim para assistir à cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, reafirmou o apoio dos EUA à luta que a dissidência birmanesa promove para instaurar a democracia em seu país.

"Perseguimos o fim da tirania em Mianmar", disse Bush em seu discurso a diplomatas, funcionários do Governo tailandês e destacados empresários do Sudeste Asiático.

O dirigente americano reiterou o apelo de seu Governo à Junta Militar presidida pelo general Than Shwe para que ponha em liberdade Aung San Suu Kyi, líder do movimento democrático birmanês e Nobel da Paz, além de outros presos políticos.

"Vamos continuar trabalhando até que o povo de Mianmar tenha a liberdade que merece", completou Bush. As Nações Unidas e Anistia Internacional (AI) calculam que cerca de dois mil birmaneses estão presos por motivos políticos, alguns há mais de duas décadas.

O presidente acrescentou que "confiar em sua gente, com maior liberdade, é a única via pela qual a China pode desenvolver todo seu potencial".

- Relator da ONU para os Direitos Humanos inicia nova missão em Mianmar
- ONU diz que teria perdido US\$ 10 milhões em Mianmar por câmbio

Relator da ONU para os Direitos Humanos inicia nova missão em Mianmar

EFE-4 agosto 2008

O relator das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Mianmar (Mianmar), Tomás Ojea Quintana, iniciou hoje sua primeira missão no país asiático, cujo regime militar ignora os pedidos da comunidade internacional para que respeite as liberdades básicas e liberte os presos políticos. Ojea Quintana substituiu no posto o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro em maio, depois que o regime do general Than Shwe negou visto de entrada a este último, em resposta a suas denúncias sobre a continua repressão em Mianmar. O argentino Ojea Quintana, que foi convidado pela Junta Militar, permanecerá no país até a próxima quinta-feira, segundo indicaram fontes diplomáticas.

Durante sua estadia, o relator da ONU deve reunir-se com chefes de diversos organismos estatais e líderes de grupos étnicos e religiosos, assim como com representantes de organizações internacionais não-governamentais. Ojea Quintana também tem planos de visitar algumas das áreas do delta do rio Irrawaddy devastadas pelo ciclone que atravessou o sul do país em maio, e que causou cerca de 138 mil mortes e desaparecimentos, além de deixar 2,5 milhões de desabrigados.

O Conselho de Direitos Humanos da ONU condenou em junho, outra vez, a violação sistemática das liberdades básicas em Mianmar e pediu o livre acesso das organizações humanitárias às zonas devastadas pelo tufão. O texto, apresentado pela Eslovênia, em nome da União Européia (UE), foi rejeitado pela representação de Mianmar, mas foi adotado sem necessidade de votação. Além disso, o texto criticou o recrutamento de crianças pelas forças governamentais, e pediu uma pesquisa independente e imparcial sobre as violações no país, incluído o trabalho forçado. A visita de Ojea Quintana precede a que deve ser realizada em meados de agosto pelo representante especial da ONU, Ibrahim Gambari, que em quatro ocasiões tentou convencer a Junta Militar a realizar reformas democráticas e libertar os presos políticos, incluindo Aung San Suu Kyi, líder da Liga Nacional pela Democracia (LND) e Nobel da Paz, e que permanece em prisão domiciliar desde 2003.

ONU diz que teria perdido US\$ 10 milhões em Mianmar por câmbio

EFE_1 agosto 2008

A ONU admitiu hoje que poderia ter perdido até US\$ 10 milhões porque o sistema de câmbio de divisas do Governo de Mianmar (antiga Birmânia) eleva o valor da moeda nacional em 20% acima do preço no mercado aberto. O subsecretário-geral da ONU para Assuntos Humanitários, John Holmes, reconheceu hoje que o sistema de câmbio de moeda que o regime militar obriga as organizações estrangeiras a cumprir se transformou em um "problema sério" para a distribuição de ajuda humanitária.

"As perdas são significativas, mas não gigantescas, e seriam de cerca de US\$ 10 milhões", disse Holmes em entrevista coletiva por ocasião de sua recente visita a Mianmar. O subsecretário-geral da ONU viajou na semana passada ao país para supervisionar a ajuda humanitária e os trabalhos de reconstrução nas zonas devastadas pela passagem do ciclone "Nargis" entre 2 e 3 de maio. Ele disse que, durante sua estadia de três dias em Mianmar, transferiu aos dirigentes do regime militar que governa o país a preocupação das Nações Unidas com a perda que representa este câmbio de divisas.

"A resposta é que entendiam que esta situação representa um problema e que buscarão um mecanismo para evitar estas diferenças", relatou. Os voluntários internacionais são obrigados a comprar em moeda estrangeira certificada ao Governo, com a qual depois recorrem às casas de câmbio para transformá-las na divisa local, o kyat.

Estas casas de câmbio operam dentro de um mercado aberto no qual os certificados têm um valor em kyat 20% inferior ao preço ao qual são vendidos pelas autoridades, explicou a ONU. Holmes advertiu que as perdas causadas por esta taxa de câmbio se reduzem às verbas gastas dentro de Mianmar para adquirir produtos no mercado local, que são um terço dos cerca de US\$ 200 milhões arrecadados até o momento pela ONU para as vítimas do furacão. O representante da organização disse desconhecer se a Junta Militar se beneficiava diretamente da diferença entre o preço dos certificados e a taxa real de câmbio do kyat pelo fato de a conversão ser realizada em casas de câmbio privadas. Holmes reconheceu que a perda no câmbio de divisas pode ser um fator que atrase a contribuição de novas doações ao fundo das Nações Unidas para as vítimas do ciclone.